



A QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UM DEBATE INTRODUTÓRIO SOBRE A PRODUÇÃO ACADÊMICA NAS PÓS-GRADUAÇÕES

Cirqueira, Diogo Marçal

Doutorando em Geografia pela UFF Rio de Janeiro
diogogeo@hotmail.com

Correa, Gabriel Siqueira

Mestrando em Geografia pela UFF Rio de Janeiro, Brasil
gabrielgeo@hotmail.com.br

Resumo

O debate referente à questão étnico-racial, muito influenciado pelo movimento negro, se dinamiza nos últimos anos no Brasil. Há diante disso uma intensificação das pesquisas na academia buscando compreender essa problemática no país. Assim, o presente trabalho consisti no levantamento e análise das dissertações e teses produzidas nos programas de Pós-graduações em Geografia no Brasil acerca da questão étnico-racial, afim de compreender como a Geografia acadêmica se insere nesse debate. Frente a um quantitativo ainda irrisório de teses e dissertações, encontramos quatro tendências teórico-metodológicas de abordagem sobre o tema, nas quais agrupamos os trabalhos. São elas : o negro e a geografia; identidades e territorialidades negras; a geografia de países africanos; e território e manifestações culturais e religiosas. Não pretendemos esgotar este tema, ainda pouco explorado, no presente trabalho, porém esperamos trazer a discussão da produção sobre questão racial para dentro dos programas de pós graduação de Geografia .

Palavras-chave: Geografia, pós-graduação, relações étnico-raciais

Abstract

The debate concerning the etno-racial matter has gained momentum in the past few years in Brazil, heavily influenced by the “black movement”. This has generated an increase on academic researches, envisioning a better understanding of such problematic in the country. Therefore, this here article consists of the research and analysis of thesis and dissertations generated by the post-graduation programs in Geography nationwide, focused on this particular matter, aiming at a better comprehension of how does academic geography fit in the discussion Even though one is confronted with a derisive amount of studies about the etno-

racial matter, four theoretical-methodological tendencies of approach are still discernible among which we can separate production. They are: the African descent and geography; the African descent and their territorialities and identities; the geopolitics of African countries and territories, and, cultural-religious manifestations. We don't intend on draining all the possibilities of this as yet under-explored theme, but we do hope to bring to the post-graduation programs the discussion on production about the racial matters.

Keywords: Geography , post-graduation, racial matters

Resumen

El debate sobre la cuestión étnico-racial, altamente influenciado por el movimiento negro se convierte en dinámico en los últimos años en Brasil. Existe también una intensificación de la investigación en las universidades tratando de entender este problema en el país. Por lo tanto, el presente trabajo consiste en un levantamiento y una análisis de disertaciones y tesis producidas en los programas de postgrado en geografía en Brasil acerca de las cuestiones étnico-raciales, con el fin de entender cómo la geografía se encuentra adelante de este debate. Frente a una cantidad todavía insignificante de tesis y disertaciones, se encontraron cuatro tendencias teóricas y metodológicas del enfoque sobre el tema, en la que se agrupan los trabajos. Ellos son: negro y la geografía, la identidad negra y la territorialidad, la geografía de los países y territorios de África y las manifestaciones culturales y religiosas. No queremos agotar el tema, todavía poco explorado en el presente trabajo, sin embargo esperamos traer a la discusión la producción sobre la cuestión racial en los programas de posgrado en Geografía.

Palabras-clave: Geografía, postgrado, relaciones étnico-raciales

Sem dúvida a questão étnico-racial é uma das maiores questões (ou como ressaltam alguns autores, um enigma) que perpassam o entendimento do que é a “nação brasileira”. Ao observar a literatura que analisa esse assunto, notamos que as discussões vigoram desde o século XIX, marcadas profundamente por interesses políticos e ideológicos (cf. SEYFERTH, 1996). Constituindo-se, assim, como um tema delicado e complexo, nunca houve consenso em torno das teorias que buscaram responder “quem é o povo brasileiro?”, conseqüentemente, “o que faz do Brazil, Brasil?”. Um consenso, talvez, seja que toda problemática que compõe a questão étnico-racial gira em torno da ideia de miscigenação. Uma perspectiva bastante problemática quando pensada a partir da realidade brasileira, marcada pelo racismo e por uma história de escravização, expropriação e violência. Mesmo assim, as respostas mais conhecidas a respeito dos questionamentos acima que buscaram definir a “identidade brasileira” – movimentando por dentro da ideia de miscigenação –, ou afirmam que aqui vivenciamos um “paraíso racial”, produto da miscigenação entre três raças (europeus, africanos e indígenas), marcadas principalmente pelas leituras sobre o território brasileiro de Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro¹, ou pontuam que, apesar da miscigenação, temos uma brutal desigualdade étnico-racial.

Por outro lado, apesar da questão étnico-racial estar tão presente no cotidiano das relações sociais brasileiras (como discurso, prática ou performance), conforma-se também como um tabu. Ou seja, algo que deveria ser tema frequente em debates (políticos e prosaicos) do

cotidiano brasileiro, restringe-se a locais e grupos muito específicos da sociedade – sem mencionarmos, obviamente, os momentos em que essa questão aparece de maneira jocosa ou descomprometida nesse mesmo cotidiano.

Apesar disso, nos últimos vinte anos, por conta da atuação do movimento negro no país, o debate referente à questão étnico-racial – especificamente acerca da população negra – se ampliou consideravelmente e tomou outras formas no país. Segundo Bernardino (2004), três fatos históricos podem ser destacados como influenciadores na visibilidade dessas discussões: primeiramente, o reconhecimento público e oficial em 1995 por parte do Estado brasileiro - no período do governo de Fernando Henrique Cardoso - da existência do racismo na sociedade brasileira. O segundo, o fato de em 2001 o governo brasileiro ter se tornado signatário do documento elaborado em Durban, África do Sul, durante a *III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Formas Conexas de Intolerância*, comprometendo-se a elaborar políticas de combate ao racismo e a discriminação. E, o último, a implementação de políticas de Ações Afirmativas, principalmente em sua modalidade “cotas raciais”, nas universidades UNEB e UERJ no ano de 2003.

Complementando o autor, ressaltamos que a intensificação dessas discussões ocorreu também devido a emergência de pesquisas quantitativas de órgãos institucionais brasileiros e de alguns grupos de pesquisa sobre as desigualdades étnico-raciais no Brasil. Estas pesquisas revelavam (e revelam) uma desigualdade gritante entre negros/as e brancos/as na maioria dos indicadores sociais (IPEA, 1999; PNUD, 2005; PAIXÃO, CARVANO, MONTOVANELE, *et al*, 2010), o que deu maior amplitude à problemática presente no país.

Frente a essa situação, um debate que antes se limitava a alguns grupos e contextos, como os movimentos sociais e a academia, passou a figurar intensamente no cotidiano brasileiro. Esses debates tomaram grandes proporções justamente por conta da contestação dos mitos da “democracia racial” e do “paraíso racial brasileiro”, ideologias-discursos que perpassam o “corpo da nação” (território, história nacional e povo) e escamoteiam conflitos, contradições e desigualdades (ORTIZ, 2003; GUIMARÃES, 1999; MUNANGA, 2004). À pergunta “o que faz do Brazil, Brasil?” foi agregada a pergunta “somos ou não somos racistas?”.

A questão que nos toca aqui é, como esse contexto influenciou nos processos de produção de conhecimento nas universidades brasileiras, pois, todas estas questões gestadas pelos movimentos sociais foram também tomadas como pauta de pesquisa nas ciências humanas em geral – e até mesmo nas ciências biológicas –, seja para refutar ou para confirmar a existência de um problema de natureza étnico-racial no país. Algo que pode ser também visualizado na Geografia acadêmica brasileira.

Podemos encontrar abordagens acerca da questão étnico-racial e a formação do território brasileiro no discurso geográfico produzido durante o século XIX e XX (MORAES, 1991a, 1991b). Contudo, ao tempo em que a Geografia se institucionaliza – com o surgimento das universidades brasileiras – notamos que o tema se torna rarefeito como objeto de análise; debates em torno dessa temática presentes na *Antropogeografia* de Ratzel (1882) e nos escritos de Élisée Reclus sobre *Escravidão nos Estados Unidos* (1860) não são apropriados pela *intelligentsia* geográfica, a não ser em obras isoladas e sem expressão².

Essas discussões são retomadas aproximadamente nos últimos anos, muito influenciadas pelos debates apresentados nos parágrafos anteriores. Ainda que timidamente, há nesse

período a publicação de alguns livros e artigos que abordam a temática (SANTOS, 2007, 2010; RATTS, 2003, 2010; CAMPOS, 2005; CARRIL, 2006; ANJOS, 2001, 2005; ALMEIDA, 2010). No que tange a produção das pós-graduações em geografia, notamos, a partir do gráfico abaixo, que a produção de teses e dissertações aumenta exponencialmente de 2000 a 2011 (ver gráfico na página oito) acompanhando a intensificação dos debates políticos sobre a questão étnico-racial, como apontado anteriormente. Mesmo assim, somos ainda carentes de uma real sistematização do que vem sendo produzido sobre esse assunto na Geografia brasileira.

Diante disso, pretendemos apresentar panoramicamente como a Geografia brasileira se situa nesse debate. Para tal realizamos um levantamento das teses e dissertações concluídas nos programas de pós-graduação no país, buscando quantificar e sistematizar o que se produz em relação à população negra na Geografia. cremos, dessa forma, que as teses e dissertações expressem o estado da arte da produção do discurso geográfico no Brasil, bem como, evidencie a dimensão e intensidade de alguns debates realizados na Geografia brasileira institucionalizada/universitária. Em outros termos, entendemos ser pós-graduações, expressas pelas teses e dissertações, um termômetro que indica a aceitação de um tema e como este tema é abordado teoricamente pela *intelligentsia* geográfica. Esperamos, desta forma, que esse levantamento contribua para o entendimento da construção e consolidação de linhas de pesquisa na Geografia e permita projetar caminhos a serem trilhados para uma ampliação do foco analítico de nossa ciência.

Os objetivos que intentamos cumprir nesse trabalho são: quantificar as teses e dissertações que abordem a questão étnico-racial nos programas de pós-graduação em Geografia do Brasil; analisar a dimensão e significado dessa produção no interior da geografia brasileira; mapear e espacializar essas abordagens; sistematizar as tendências teóricas utilizadas para tratar à temática; e tentar, ainda que inicialmente, pontuar as principais referências, utilizadas pelos autores/as; e verificar as principais lacunas presentes nas abordagens.

O artigo assim, está organizado na seguinte estrutura: a primeira parte vai abordar a metodologia adotada, bem como os problemas encontrados no levantamento dos trabalhos. A segunda parte, se concentra em abordar a espacialização da temática, e a cronologia com que ela vem sendo produzida. Já na terceira parte traremos uma classificação e agrupamento das teses e dissertações, conforme as temáticas centrais encontradas nos trabalhos. Por fim, teceremos um breve comentários acerca das lacunas e propostas futuras pare sem problematizadas em torno da questão racial.

Notas sobre os procedimentos metodológicos e seus percalços...

A realização dessa pesquisa tem como sustentação o levantamento de dissertações e teses produzidas nos programas de pós-graduação em Geografia. Para isto tomamos como referência a metodologia de pesquisa bibliográfica proposta por Ruiz (1978), a partir da qual empreendemos uma observação nas listas de trabalhos concluídos e disponibilizados pelos programas nos sítios das pós-graduações existentes na internet³. O critério utilizado para a seleção dos trabalhos foi a presença de conteúdos que se remetam e/ou abordem (direta ou indiretamente) aspectos relativos à população negra nos resumos, palavras chaves, títulos e índices dos trabalhos. Além disso, esquadrihamos as principais referências, abordagens e categorias utilizadas pelos autores/as das teses e dissertações.

Tendo em vista que não foi realizada pesquisa em loco, somente por meio da internet, encontramos alguns problemas que interferiram em nossa amostragem, os quais seguem destacados abaixo:

i) O sítio de alguns programas pesquisados encontram-se *off-line* ou não existem (também não descartamos a hipótese de não termos encontrado o sítio no momento em que realizávamos a pesquisa). Esse é o caso do programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS). Quanto ao sítio da Universidade Federal de Rodônia (UNIR) a página encontrava-se em construção no período da visita.

ii) Uma parte considerável dos sítios não estavam atualizados no período em que realizamos a pesquisa, faltando a disponibilização de dissertações e teses dos anos mais recentes, 2010 e 2011.

iii) Algumas teses e dissertações produzidas anteriores ao ano de 2000 não estão disponibilizadas nos sítios. Este não é um problema propriamente dos Programas, mas tem a ver com o período em que o uso do computador e da internet se popularizam no Brasil e tornam-se um meio efetivo de divulgação e circulação do conhecimento científico. Assim, o total de sete obras, dentre dissertações e teses, produzidas em universidades que possuem programas de pós-graduação antigos (existentes antes de 2000) não poderão ser analisados com minúcia, a não ser pelas referências contidas no título das obras. Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) exemplificam esse problema.

iv) Dois programas, o da Universidade Federal Fluminense (UFF) ⁴ e o da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), não apresentam uma seção na página onde esteja disponível as teses e dissertações produzidos pelos discentes. Isso não permite que visualizemos, no conjunto geral, o que o Programa produziu e está produzindo sobre a questão étnico-racial, pois, somente se pode acessar sua produção por meio do portal Capes, onde se encontram disponíveis dissertações e teses de todos os programas de pós-graduação do Brasil. Uma exceção é o sítio da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE) que apresenta um link inabilitado para acessar as teses e dissertações.

v) Infelizmente não podemos operar com a comparação entre a quantidade total de trabalhos produzidos na geografia e os que fazem referência a questão racial, pois essa produção total não é disponível em nenhum documento. Entretanto, faremos um esforço para em próximos trabalhos trazermos essa análise, com base na relação entre as produções individuais de cada programa.

Acreditamos que, apesar da internet ter se popularizado nas universidades, ainda é uma ferramenta utilizada parcialmente pelos programas de pós-graduação em Geografia como instrumento efetivo de difusão, trocas e circulação de conhecimento produzido, com exceções obviamente. As limitações apontadas acima são consequência da falta um treinamento adequado dos quadros técnicos e organizacionais que compõem os programas, que não acompanharam o desenvolvimento das ferramentas informacionais presentes na internet. Além disso, constatamos a falta de integração entre os programas de pós-graduação em Geografia no Brasil, especialmente no que toca as suas produções. Um banco de dados nacional, não só desconcentraria a circulação e difusão de produções de programas localizados na região Sudeste – que são os mais antigos e, em partes, mais bem estruturados, como facilitaria um levantamento ou pesquisa bibliográfica – da ordem da que estamos

apresentando aqui. Consideramos isso urgente, em vista das dificuldades encontradas nesse levantamento, e que certamente se repete em pesquisas semelhantes.

Apesar disso, devemos ressaltar que frente aos números encontrados por nós, os problemas metodológicos acima citados não interferiram profundamente nos dados finais da pesquisa. Da mesma forma, ainda que existam tais problemas, deixar de realizar esta pesquisa baseado na metodologia aqui explicitada é abrir mão de uma ferramenta importante para pensarmos a produção em Geografia no Brasil, haja vista que é possível acessar diferentes trabalhos sem o deslocamento entre estados, o que aumenta a potencialidade e o conhecimento da pesquisa em geografia.

A segunda fase do trabalho refere-se à espacialização dessa produção, o que nos diz um pouco onde e com que frequência essa temática está sendo debatida/produzida, mostrando tendências expressas nos programas de pós-graduação e, propriamente, na Geografia produzida nas várias localidades e regiões brasileiras. Por fim, um diagnóstico dos temas gerais que essas produções trazem, ou seja, o que efetivamente elas abordam dentro desse assunto.

Devemos ressaltar que o principal objetivo dessa pesquisa bibliográfica, além de tentar compreender o atual contexto de produção científica acerca da questão étnico-racial na Geografia, é conformar novos aportes teóricos e suprir lacunas, para isso buscamos: reunir ideias comuns, conectar ideias complementares entre si e comparar perspectivas divergentes ou opostas. Assim, a partir do levantamento e tentando cumprir tais objetivos, dividimos em quatro eixos temáticos as teses e dissertações encontradas: i) espaço e relações étnico-raciais, ii) identidades e territorialidades negras, iii) geopolítica dos países africanos iv) e territórios e manifestações culturais e religiosas.

Espacializando e quantificando tendências

A partir das principais tendências levantadas, realizamos um trabalho de espacialização e quantificação dessa produção, tentando identificar os lócus de produção da temática racial na geografia e com que frequência no tempo ela vem sendo produzida.

De acordo com nosso levantamento, ao todo temos cinquenta e um (54) trabalhos, dentre teses (13) e dissertações (41), que tem como temática a questão étnico-racial. Destes, quinze (17) dizem respeito à tendência "espaço e relações étnico-raciais", dezoito (19) a "identidades e territorialidades negras", dez (10) a "geopolítica dos países africanos" e oito (08) a "territórios e manifestações culturais e religiosas".

Com base nos dados recolhidos, podemos verificar no mapa abaixo, um predomínio na produção da região Sudeste, que corresponde a mais de 50% dos trabalhos realizados. Este alto número se deve principalmente a dois fatores: esta região possuir um maior número de pós-graduações (um total de quinze) e estes serem as mais antigas do país, principalmente os programas localizados no Rio de Janeiro (UFRJ) e em São Paulo (USP). Adjacente a esta constatação levantamos a hipótese de que por serem centrais e consideradas de maior proeminência elas atraem estudantes de várias partes do Brasil, abarcando uma multiplicidade de temáticas que acaba por aumentar a possibilidade de projetos que abordem a temática racial. Porém, isso não representa uma aceitação dessa temática na geografia, se pensarmos

racial nessa região. É importante frisar que a invisibilidade impostas a populações negras, legitimam e perpetuam a prática de racismo - até mesmo nos processos de produções de conhecimento científico.

Boaventura Souza Santos, por exemplo, fala em produção da não existência para problematizar os grupos ou sujeitos que são invisibilizados dentro de determinado espaço (epistêmico, físico ou simbólico). Entendemos que especialmente na região sul, essa ausência de produção sobre a questão racial, conforma uma situação de “produção de não existência”, que reflete, por exemplo, no ensino dessa disciplina, já que quando falamos do Sul, dificilmente destacamos a existência da população negra nessa região⁵.

Nas regiões Nordeste e Centro-Oeste, que juntas possuem quinze programas de pós-graduação, entre os mais antigos e recentes, apresentam uma quantidade significativa de trabalhos quando tomado como referência outras regiões brasileiras, ao todo estas duas somam vinte (20) trabalhos.

Quanto à análise cronológica, podemos perceber (segundo o gráfico 2) que antes de 2000 poucos trabalhos se propunham a debater a questão étnico-racial sob o viés da geografia. Porém, na virada do século, não só há o aumento no número de pós-graduações no território brasileiro, como também há uma maior disposição de trabalhos acerca dessa temática, o que resultou conseqüentemente em um aumento significativo de dissertações e teses. Somente nos últimos seis anos trinta e dois trabalhos foram produzidos nas pós-graduações brasileiras.

Gráfico II



Acreditamos que esse aumento é parte da maior visibilidade da questão racial perante as realidades espaciais que a atravessam. Nesse aumento, destacamos a grande quantidade de

trabalhos voltados a discutir territorialidades negras, em que, a maior parte é referente aos processos de territorialização das comunidades remanescentes de quilombo.

Porém, não devemos imaginar que a Geografia apenas passou a trabalhar a questão racial agora. O tema da raça e do território brasileiro foi amplamente explorado sob o viés geográfico por não geógrafos no início do século XX, tendo impactado nas políticas de imigração formuladas pelo Estado, em busca do branqueamento da população. Um desses trabalhos foi o de João Batista Lacerda, que em 1911, até então na condição de diretor do Museu Nacional, representou o Brasil no congresso universal das raças em Londres apresentando um documento⁶ onde estipulava que dentro de 100 anos, que segundo ele corresponderia a três gerações, a população brasileira seria totalmente branca⁷.

Até mesmo na própria geografia temos produções sobre a temática racial, que parecem ter sido invisibilizadas na construção desta como ciência, o grande exemplo é a produção de Milton Santos sobre esse assunto. Sua contribuição ao pensamento geográfico e suas teorias sobre o espaço são bastante recordadas, mas poucos discutem a problematização sobre a questão étnico-racial que este fez ao longo de sua trajetória intelectual - cujos trabalhos da década de 50 já tratavam desse tema (Cirqueira, 2010).

Tendências e abordagens Geográficas sobre a questão étnico-racial

De forma geral, como já mencionado, encontramos quatro tendências que compõe as discussões geográficas acerca da questão étnico-racial, a partir das quais também estruturamos as discussões que se seguem. São elas: espaço e relações étnico-raciais; identidades e territorialidades negras; geopolítica dos países africanos; e Territórios e manifestações culturais e religiosas. O agrupamento não causa, em nossa concepção, uma perda de particularidades dos trabalhos, ele na verdade possibilita enxergarmos eixos e agendas que vem sendo atacadas dentro dessa temática. Além disso, é uma maneira didática de organizarmos e apresentarmos o conjunto das teses e dissertações, ainda que, nesse curto espaço, não seja possível aprofundarmos a análise.

Espaço e relações étnico-raciais

Nessa tendência, ao todo, temos 17 trabalhos. A maioria dos trabalhos foram produzidos em universidades da região Sudeste do país, especificamente na USP (uma tese e uma dissertação), na UNESP (duas dissertações) e na UFRJ (duas dissertações e uma tese), contudo, há uma considerável produção no Centro-Oeste, especificamente nos programas de pós-graduação em Geografia da UFG (três dissertações) e da UnB (uma dissertação). Na região Nordeste há produção somente na UFBA (duas dissertações). Quanto à temporalidade dessa produção, dois trabalhos foram elaborados na década de 80, o restante foi elaborado nos anos 2000.

A maioria dos trabalhos, como já mencionado, estabelecem uma abordagem sociológica da espacialidade que compõe as relações étnico-raciais brasileiras e/ou como as categorias geográficas podem ser utilizadas para o entendimento desse assunto. Assim, os temas mais tratados são a segregação racial étnico-racial e a maneira como as desigualdades étnico-raciais presentes no país se materializa no espaço. Partindo também desse pressuposto de uma desigualdade racial que se espacializa, há trabalhos que intentam compreender os

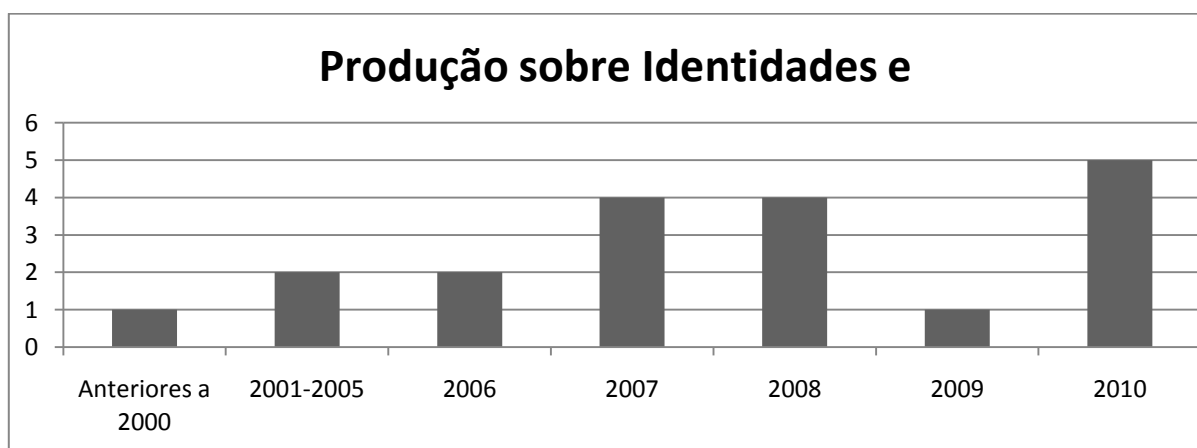
deslocamentos e trajetórias – coletivos e individuais – de pessoas negras. Em alguns casos essa dimensão é relacionada com a questão de gênero e do trabalho. Deve ser mencionado também que há um trabalho que aborda a atuação e a espacialidade de uma organização do movimento negro.

Identidades e territorialidades negras

No segundo eixo indicado "identidades e territorialidades negras", os trabalhos tratam da formação, organização e conflitos que perpassam a constituição de territórios negros. Observamos neste aspecto uma abordagem que integra as comunidades remanescentes de quilombo e os territórios construídos com base nas identidades negras, bem como as resistências/influências que elas exercem.

Os trabalhos desse eixo apresentam de forma total uma abordagem que gira em torno do conceito de território. A maior parte dos trabalhos são dissertações, com apenas três teses, todas oriundas da região Sudeste (UFMG, UFF e USP). Como mostra o gráfico abaixo, observamos que a produção dessa temática, segue o padrão geral, até 2005 apenas três trabalhos haviam sido defendidos. Posterior a esse período 16 trabalhos se voltaram para a temática.

Gráfico 3



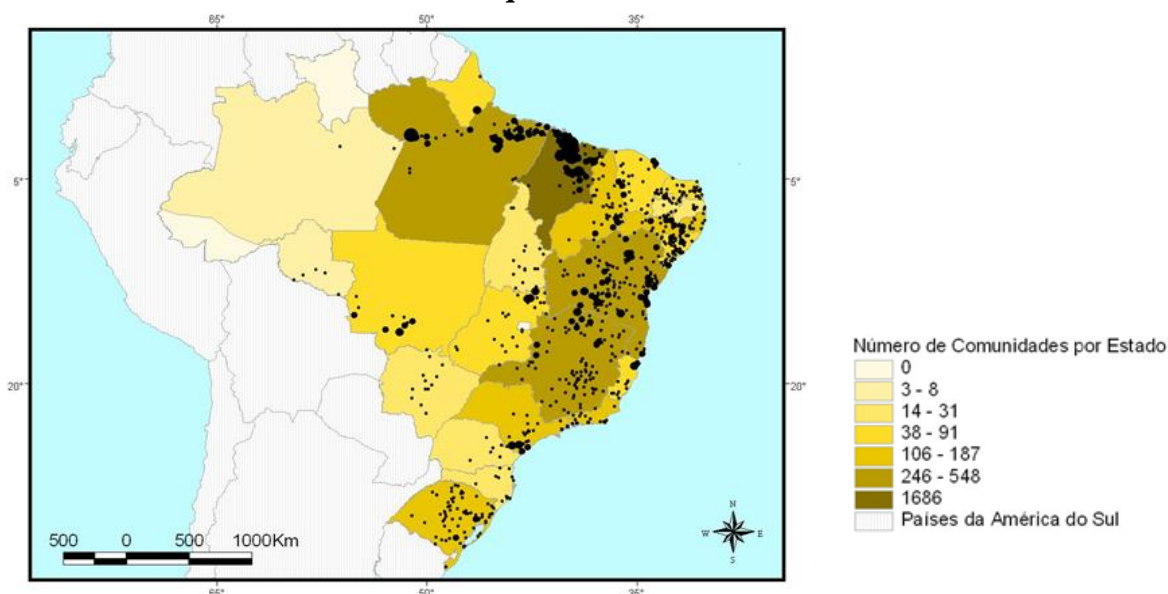
Desses 19 trabalhos, 12 abordam diretamente a questão quilombola, seus processos de territorialização e resistência. Isso tem relação com a própria eclosão de conflitos engatilhados a partir da tentativa de reconhecimento dessas comunidades.

Esse aumento dessa produção - com exceção da dissertação de Ratts (1994) defendida no programa de pós-graduação da USP - só acontece 17 anos após a promulgação do artigo 68 do ato das disposições transitórias, que reconhece o direito à propriedade para as comunidades remanescentes de quilombos que estejam ocupando as suas terras.

Ora, quando pensamos que apenas 12 trabalhos foram desenvolvidos, sabemos que é um número irrisório frente a quantidades de comunidades que vem lutando pelo seu direito, utilizando suas referências territoriais como um dos principais mecanismos de defesa frente às pressões do agronegócio (SIMONE)

Para se ter uma ideia, apesar do INCRA listar um número pouco superior a mil comunidades remanescentes de quilombo exigindo direito a terra, e a Fundação Cultural Palmares apontar 1800 comunidades certificadas, outras leituras chegam a indicar a presença de mais de três mil comunidades com possibilidade de lutar pela titulação do território, como ilustra o mapa abaixo:

Mapa II
Comunidades e territórios quilombolas Auto-Identificados no Brasil



Fonte: Lemto

Geopolítica dos países africanos

Em “geografia dos países africanos” encontram-se debates sobre aspectos econômicos, políticos e culturais de países de África. Há, no entanto, uma maior concentração nas questões sobre geopolítica dos países localizados no continente, no que tange principalmente as relações entre países intra continente e a relação dos países africanos com o Brasil. Além disso, há abordagens que contemplam o modo de vida de comunidades africanas e os conflitos existentes em algumas localidades do continente.

Ao todo são 11 trabalhos, produzidos na sua maior parte no eixo Rio-São Paulo, mais especificamente na UFRJ e USP. Desses, cinco explicitam a relação do Brasil com o continente africano e os outros seis abordam o comércio e a urbanização.

Ao abordar a geopolítica dos países africanos, esses trabalhos trazem uma contribuição essencial, além de suprir uma das principais lacunas da geografia brasileira, que pro vezes desconsideram a dinâmica econômica e política desses países.

Porém, ainda faltam trabalhos que abordem as representações sobre a África construídas e/ou reproduzidas no Brasil. Isso é grave, e tem um rebatimento no âmbito do ensino de geografia - tanto básico como superior --, que acaba perpetuando leituras em que a África aparece unicamente representada como um espaço de miséria, pobreza, conflito. Ademais, os

africanos quase sempre são representados por imagens de fome, clandestinidade e doenças, principalmente referentes ao vírus HIV.

Essas imagens, repetidamente construídas, transmitem uma imagem do continente africano de forma negativa, semelhante ao que é feito com o Oriente, estudado por Said na obra “O orientalismo”. Um passo para desconstruir essas geografias imaginárias, foi realizado por Hernandez (2005) no livro “Á África na sala de aula”, porém, no campo da geografia, como podemos ver na quantidade de trabalhos produzidos, pouco esforço se tem feito e a produção realizada até o momento parece não contemplar o campo das representações.

Territórios e manifestações culturais e religiosas

Oito trabalhos perfazem essa tendência. De acordo com o levantamento realizado, os mesmos foram produzidos nos últimos onze anos, sendo o primeiro elaborado no ano de 2004 e o último no ano de 2011. Destes, duas dissertações e uma tese foram produzidos nos programas da UFG e uma dissertação na UFBA. O restante dos trabalhos foram elaborados em universidades da Região Sudeste: na UFRJ (uma tese), na UFF (uma tese), na USP (uma dissertação) e na UFMG (uma dissertação).

Como exposto anteriormente, os trabalhos que compõem o tópico “territórios e manifestações culturais e religiosas” realizam uma abordagem acerca dos aspectos simbólicos e ritualísticos que compreendem a territorialização (ou manifestação no espaço) de performances culturais relacionadas a população negra e com forte influência africana. Todos os trabalhos dessa tendência abordam o tema religiosidade, sejam elas relacionadas ao catolicismo popular – como as Congadas e as Irmandades dos Homens Pretos, ou, efetivamente, as religiões de matriz africana, como a Umbanda e o Candomblé. Assim, a categoria território e lugar são bastante utilizadas, seja para enfatizar as relações de poder e as resistência contra a sociedade hegemônica expressa por esses grupos, ou para enfatizar os aspectos simbólicos - ou os geosímbolos - que estes grafam no espaço.

Considerações Finais

Com este trabalho pretendíamos identificar as tendências e ausências nos debates sobre questão racial nos programas de pós-graduação em geografia. Com base no levantamento, ao compararmos a produção entre o período anterior e posterior ao ano 2000, fica nítido - mesmo que timidamente - que a temática racial começa se mostrar presente nas abordagens geográficas. Porém, devemos enfatizar que o número ainda é irrisório frente à dimensão ampla que o debate insurge atualmente na sociedade brasileira. Com certeza a Geografia tem muito a contribuir para esse debate.

A quantidade de agendas que relacionam a geografia com estes estudos multiplicam-se: para nos ater apenas em alguns trabalhos encontrados no levantamento podemos falar de: manifestações culturais materializadas em expressões políticas; o número cada vez maior (alguns autores indicam que podem chegar a três mil) de comunidades remanescentes de quilombo exigindo direito ao território; a segregação nas cidades, em que o recorte racial fica cada vez mais explícito; e o estudo da geografia dos países africanos, no que tange os aspectos econômicos, políticos e jurídicos, superando aquela visão construída com base no pensamento eurocêntrico.

Uma das mais graves lacuna que encontramos no levantamento é a falta de uma produção sobre a questão étnico-racial e educação. Nos últimos anos tem havido um debate intenso em torno da lei 10.639, promulgada em 2003, que obriga a implementação no ensino básico de conteúdos sobre a história da África e dos afro-descendentes no Brasil, suas lutas e importância na formação cultural, econômica e política do território brasileiro. Este dispositivo jurídico, mais que obrigar a inserção de uma gama de conteúdos no currículo, nos dá a possibilidade de propor outras leituras sobre a formação do território brasileiro, questionando o papel subalternizado do negro na organização do espaço brasileiro, abrindo uma ampla agenda de estudos fora dos moldes eurocêntricos.

Contudo, pelo que notamos a pós-graduação tem passado ao largo desse importante debate, apesar da Geografia ser uma disciplina presente no ensino básico. Nenhum trabalho problematizou essa temática, ou ao menos dedicou um espaço para a discussão do ensino de geografia, ou para a lei 10.639.

Frente a esta lacuna, e muitas vezes a falta de um aporte teórico que possibilite a problematização da temática racial, observamos alguns caminhos possíveis de serem trabalhos, ainda pouco utilizados nos estudos.

Um desses caminhos que podemos seguir ao tratar desses debates é aquele que autores da teoria do “*giro-decolonial*” vem traçando, buscando a superação do eurocentrismo impregnado nas ciências sociais, bem como um totalitarismo epistêmico que visa indicar o que é ou não digno de estudo. Nesses teóricos o pensamento da diferença de classes não é o único a ser considerado, devendo atentar para a colonialidade presente no padrão mundial do poder capitalista:

“A colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em cada um dos planos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e da escala societal. Origina-se e mundializa-se a partir da América.” (QUIJANO, 2010, pág. 84)

Dessa forma conceitos como “sistema-mundo moderno-colonial”, “colonialidade do poder, do ser e do saber” bem como a compreensão da raça como construção social, elemento ordenador do território passam a ser fundamentais para o estudo de uma geografia comprometida com os sujeitos.

Entender que as classificações sociais impregnam nosso imaginário, e constituem hierarquias que se materializam no espaço deve ser outro importante ponto de partida.

Com essa breve artigo sobre a produção nas pós graduações referentes a população negra na geografia, esperamos não só demonstrar que a geografia ainda pouco trabalha com a temática, mas também estimular as produções, especialmente nas lacunas verificadas, contribuindo para a queda das barreiras sociais que são impostas ao negro no cotidiano da sociedade brasileira.

Notas

¹ MUNANGA (2010) traz grande contribuição para essa discussão, problematizando a obra de Darcy Ribeiro, principalmente o livro “O povo brasileiro .

² Trabalhamos também com a possibilidade das obras que relacionavam a questão racial e a geografia, enquanto campo acadêmico no Brasil, terem sido invisibilizadas e excluídas dos debates, não alcançando visibilidade dentro do cenário nacional.

³ Ressaltamos que a Capes exige que todos os programas de pós-graduação no Brasil tenham um sítio, onde devem disponibilizar informações sobre o programa e divulgar a produção realizada pelos discentes e docentes vinculados ao programa.

⁴ Ressaltamos que a Capes exige que todos os programas de pós-graduação no Brasil tenham um sítio, onde devem disponibilizar informações sobre o programa e divulgar a produção realizada pelos discentes e docentes vinculados ao programa.

⁵ O tema dos quilombos urbanos, poderia ser facilmente abordados quando falamos da região Sul. A comunidade remanescente de quilombo da família Silva, por exemplo, foi a primeira comunidade a ganhar o título, estando em uma área urbana valorizada, localizada no centro de Porto Alegre. Ademais, essa região concentra um alto número de comunidades negras, buscando ser reconhecida como quilombola, o Incra aponta 126 comunidades com processos abertos.

⁶ Sur le métis au Brésil, traduzido para o português como *Sobre os mestiços no Brasil*

⁷ O famoso escritor brasileiro Monteiro Lobato, autor do “Sítio do Picapau Amarelo” teve recentemente cartas de 1938 publicadas, com mensagens explicitamente racistas, em que repudiava a mestiçagem, e lamenta a não existência de uma Ku Klux Klan no Brasil. Trechos dessa carta podem ser encontradas no sítio <http://bravonline.abril.com.br/materia/monteiro-lobato-e-o-racismo#image=165-capa-racismo-1-g> (última visita 08/04/2012)

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. *O Espaço Geográfico dos Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil*. In: Terra Livre. São Paulo: n. 17. 2o semestre/2001, p. 139-154.

_____. *A África, a educação brasileira e a Geografia*. In: BRASIL. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03*. Brasília: MEC, SECAD, 2005. p. 167-184.

_____. *Territórios das comunidades quilombolas no Brasil: segunda configuração espacial*. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2005.

ALMEIDA, Maria Geralda de. *Territórios de quilombolas: pelos vãos e serras dos Kalunga de Goiás - patrimônio e biodiversidade de sujeitos do Cerrado*. Ateliê Geográfico. Edição especial. Vol. 4, No 9 (2010) p. 36-63.

BERNARDINO, Joaze; Apresentação. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (orgs.). *Levando a raça a sério*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. p. 173-188.

CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. *Quilombo, favela e periferia: a longa busca da cidadania*. São Paulo, Annablume, 2006.

DESIGUALDADE racial no Brasil: *Evolução das condições de vida na década de 90*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

GUIMARÃES, Antônio S. G. *Racismo e anti-racismo no Brasil*. São Paulo: Ed. 34, 1999.

HERNANDEZ, Leila leite. *A África na Sala de Aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991^a

_____. *Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil*. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8, 1991b. p. 166-176

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade Negra*. Belo Horizonte: Autentica, 2004.

_____. Mestiçagem como símbolo da identidade brasileira. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010 p. 444-454

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

PAIXÃO, Marcelo, CARVANO, Luiz M., MONTOVANELE, Fabiana & ROSSETTO, Irene (orgs). *Relatório anual das desigualdades raciais no Brasil; 2009-2010*. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010, p. 84-130

RATTS, Alex. A geografia entre as aldeias e os quilombos: territórios etnicamente diferenciados. In: ALMEIDA, M. G.; RATTS, A (org.). *Geografia: leituras culturais*. Goiânia: Alternativa, 2003. p. 29-49.

_____. *As etnias e os outros: as espacialidade dos encontros/confrontos*. In: Espaço e cultura, UERJ, Rio de Janeiro, No 17-18, Jan/Dez de 2004. p.77-89.

_____. *Geografia, relações étnico-raciais e educação: a dimensão espacial das políticas de ações afirmativas no ensino*. In: *Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças*. São Paulo/SP. Ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010. p. 125-140.

RELATÓRIO de Desenvolvimento Humano: racismo, pobreza e violência. Brasília: PNUD, 2005.

RUIZ, J. A. *Metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas, 1978.

SAID, Edward. *Orientalismo: o oriente como invenção do Ocidente* – São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências IN: _____ *Conhecimento prudente para uma vida decente*. Cortez, 2003

SANTOS, Renato Emerson dos (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: O negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

_____. *Ensino de Geografia e currículo: questões a partir da lei 10.639*. In: *Terra Livre: Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças*. São Paulo/SP. Ano 26, v. 1, n. 34, jan-jun/2010. p. 141-160

SEYFERTH, Giralda. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização In: Maior, Marcos Chor & Santos, Ricardo Ventura. *Raça, Ciência e Sociedade* Rio de Janeiro – FrioCruz/CBB 1996, p. 41-58

XII Coloquio de Geocrítica 2012
Bogotá, 7 al 11 de Mayo

 UNIVERSIDAD
NACIONAL
DE COLOMBIA
SEDE BOGOTÁ
FACULTAD DE CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFÍA

